

NAS TRILHAS DA PESQUISA: O MAIS IMPORTANTE É SABER “POR QUE?”

Vicente de Paulo da Silva

Professor Dr. do Instituto de Geografia da UFU
v.paulo@terra.com.br

RESUMO

Este artigo visa a discutir aspectos relacionados à pesquisa e, principalmente, a pesquisa geográfica. As observações feitas aqui objetivam orientar alunos da graduação quando se encontram no momento de tomarem a decisão quanto ao que devem pesquisar, como e porque. Muitas vezes eles se atentam para estas questões apenas quando se matriculam numa disciplina que trabalha especificamente com a pesquisa e, perplexos, mergulham num emaranhado de interrogações, de dúvidas e indecisões. Esse momento que poderia ser muito mais prazeroso corre o risco de ser decepcionante. Neste sentido, consideram-se as observações e explicações deste artigo ainda superficiais, porém, um começo, uma tentativa de dar importância ao lugar da pesquisa na universidade e na geografia, além de intencionar fazer com que esse instante seja muito mais leve para o aluno.

Palavras chaves: Pesquisa, Geografia, Paradigma e Trabalho de Campo

ON PATH OF THE RESEARCH: THE MOST IMPORTANT IS TO KNOW “WHY?”

ABSTRACT

This article discusses aspects related to the research and, mainly, to the geographic research. The observations made here objectify to guide students of the graduation when they find themselves in the moment to take the decision about what they must research, how and why. Many times they pay attention to these matter only when they enroll in a subject which works, specifically, with research and, bewildered, they dive in a confusion of interrogations, doubts and indetermination. That moment which could be much more pleasant runs the risk of being disappointing. In the same direction, the comments and communications still superficial of this article are considered, however, a beginning, an attempt to give importance to the research in university and Geography, besides, intends to make this instant to be much more light for the students.

Key-words: Research, Geography, Paradigm and Fieldwork

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é, por um lado, discutir questões inerentes ao processo de pesquisa, quer sejam de ordem metodológicas ou mesmo dos primeiros impactos, dúvidas e indecisões por parte daqueles que se encontram no momento de definir uma proposta de pesquisa.

Por outro lado, nosso intuito é refletir à cerca da importância da pesquisa nos cursos de graduação, quando os estudantes são despertados para esse fazer científico e mergulhados numa gama enorme de possibilidades, mas que precisam tomar uma decisão: o que pesquisar? Como? E o mais importante, por que?

A motivação para que propuséssemos este trabalho veio das observações de sala de aula. Ao ministrarmos a disciplina Iniciação à Pesquisa Geográfica, no curso de Geografia, na Universidade Federal de Uberlândia, sentimos como esse momento é importante na vida acadêmica do estudante.

Uma decisão nesta fase pode guiá-lo por um caminho de afinidade do qual não queira mais se separar. Da mesma forma, a perplexidade do grupo diante da idéia de que teriam que apresentar um tema para elaborar um projeto de pesquisa deixou-nos ainda mais convictos de que deveríamos fazer estas reflexões, ainda que iniciais.

Numa sondagem, um tanto superficial após algumas aulas expositivas, sentimos que as diversas propostas de temas já refletem algumas dicas passadas durante as aulas. Todos iniciam o relato da escolha do tema como sendo um interesse pessoal, seja por vivência de uma situação ou ainda por uma angústia provocada por situações incômodas.

A idéia de que o tema de pesquisa proposto deve responder ao interesse do pesquisador/ proponente constitui uma das regras, para a escolha mesmo do tema, sugeridas por Humberto Eco em *Como se Faz Uma Tese*. Porém uma questão colocada por Geraldo Inácio Filho (2003) parece-nos sugestiva, embora não tenhamos a pretensão de respondê-la, mas partir dela para início de conversa: é possível iniciar os alunos de graduação na pesquisa?

Notas sobre os Paradigmas, Caminhos e percalços na Pesquisa

Para esta tarefa servirá de subsídio, neste primeiro momento, principalmente a obra de Thomas S. Kuhn *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Segundo esse autor (2000, p.27) “o mundo do cientista é tanto qualitativamente transformado como quantitativamente enriquecido pelas novidades fundamentais de fatos ou teorias”. Esta afirmação constitui uma orientação e um incentivo no processo de pesquisa. Este momento, de elaboração de uma pesquisa, deve ser considerado como sendo de fundamental importância tanto para o pesquisador quanto para a ciência em si mesma e para a sociedade em particular.

O desenvolvimento de uma pesquisa pode soar como um momento prazeroso. Todavia, há muitos percalços para os quais o pesquisador deve estar apto a solvê-los de forma a garantir os resultados. Dentre os percalços a serem vencidos, Antônio Carlos Gil (2002), nos adverte para os casos que, se não são os mais importantes, podem nos levar a cometer sérias negligências: o dogmatismo, o desinteresse por problemas sociais e a impaciência.

A empreitada exige organização, paciência e seriedade consigo próprio. A não observância dessas medidas pode afetar um contingente muito grande de pessoas como o leitor do trabalho que poderá se aborrecer com a falta de qualidade; uma comunidade científica diante da deterioração do que é produzido; a sociedade civil para a qual a pesquisa não trouxe nenhum benefício e, enfim, para o próprio pesquisador que poderá cair no descrédito científico.

Mas, o que deve ser considerado no ato de pesquisar? As dicas são oferecidas também por Antônio Carlos Gil (op cit) quando enumera as qualidades pessoais do pesquisador das quais, segundo o autor, depende o êxito da pesquisa. São elas: conhecimento do assunto a ser pesquisado, curiosidade, criatividade, integridade intelectual, atitude autocorretiva, sensibilidade social, imaginação disciplinada, perseverança, paciência e confiança na experiência.

Neste sentido, convém discutir um pouco sobre os caminhos que um proponente de uma pesquisa deve trilhar até concretizar seu trabalho. A priori, buscamos pensar à cerca da importância dos paradigmas cujo conteúdo o pesquisador deverá refletir de forma a clarearem os caminhos.

A definição. Inicialmente procuramos apresentar, ao menos em linhas gerais, o conceito de paradigma conforme definição dada por Thomas S. Kuhn: Segundo esse autor, tratam-se de “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante certo tempo, proporcionam modelos de problemas e soluções a uma comunidade científica”.

Segundo Kuhn (op cit, p.95) “a emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal”. Ainda, conforme esse autor (op cit, p.29) parece-nos importante esclarecer o que se considera por ciência normal: “significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior”¹.

Quando as regras existentes demonstram sinais de ineficácia científica ela é acompanhada de uma busca por novas regras. Isso representa a crise de paradigma traduzida por um sentimento de mau funcionamento; é, talvez, um sentimento de angústia e frustração profissional que, ao sentir que aquele paradigma estabelecido não contemplará sua proposta de pesquisa, leva o cientista a caminhar pelo viés da mudança de paradigma.

Este momento não é dado sem que cause constrangimentos, culminando com a ruptura às idéias até aí estabelecidas e aceitas como sendo a “chave do tamanho”. À chave, há que se somar a maçaneta e não esquecer que se esses são instrumentos necessários para se abrir uma porta, que aqui significa abrir possibilidades, sozinhos também são limitados. Para se abrir a porta, além desses instrumentos, quase sempre se omite o fato de que é necessário o ato de empurrar a mesma para se obter o êxito de abri-la. O “abra-te sésamo” nunca funcionará no reino da investigação científica que como o próprio nome diz, será uma *investigação*.

Por outro lado, o processo de modernização contará neste complexo processo de investigação. A maçaneta, ou a própria chave, mudou-se para a forma de um cartão magnético, um código numerado, reconhecimento da impressão digital ou um comando de voz que, contudo, apesar de ultra modernos, ou de parecerem mágicos pela impressão que causam, ainda não se comparam com o “abra-te sésamo”, são frutos do avanço da tecnologia.

São novos instrumentos que sucederam a crise dos anteriores e, trazendo este debate para a produção científica, entende-se que são passivos de erros, pois, conforme Kuhn “quando se trata de uma teoria científica, ser admiravelmente bem sucedida não é a mesma coisa que ser totalmente sucedida”.

Para falar conforme Prigogine, ao referir-se às leis da natureza, as teorias científicas não devem exprimir certezas e, sim, possibilidades. Com isso as teorias anteriores não serão, necessariamente, descartadas ou, pelo menos, via de regra. A exemplo disso, as leis da natureza em Newton, que exprimem certezas, ainda são aceitas por muitos cientistas de nossa época.

Se o paradigma chega ao ponto de influenciar nossa maneira de ver o mundo, limitá-lo ou resistir a mudanças, significa uma visão de mundo limitada o que acarreta, inclusive, perdas de oportunidades.

Devemos, isto sim, zelar pela possibilidade de viver melhor e isso passa pela adoção de paradigmas que inibam nossas fabulações. Em outras palavras, é a *ética* da convicção ou da responsabilidade, traduzida pelo sentimento de não deixarmos seduzir pela matematização dos

1 Não poderíamos deixar de remeter o leitor ao trabalho de Marcelo Lopes de Souza intitulado A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial, no livro Explorações Geográficas, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. No texto o autor, ao fazer um esclarecimento terminológico do termo paradigma, resgata a discussão de Kuhn sobre o que se considera como ciência normal e, ao questioná-lo, sugere que a análise de Kuhn, principalmente neste aspecto, não deve ser incorporada sem ressalvas pelas ciências sociais.

fatos que norteiam a nossa vida cotidiana. A ética é, assim, entendida como sendo a condutora do fazer e, por conseguinte, do pesquisar.

Nossa visão de mundo, se não for pautada nos princípios da compreensão, pode nos levar por caminhos de injustiças e de preconceitos. Aceitar as respostas prontas sem admitir outras possibilidades passa por esta adoção de caminhos únicos como se a realidade fosse então estática. Estar atento às transformações é admitir que a realidade não deve ser encarada como um conceito estático mas, sim, um processo em constante movimento. Se assim é a própria realidade, como poderíamos pensar em paradigmas eternos na explicação, interpretação do mundo?

Estamos convictos de que os conceitos em movimento são mais dinâmicos. Encará-los como tal na pesquisa, entendemos, é permitir a diversidade/heterogeneidade de que a sociedade é composta, e estar apto a rever a questão dos paradigmas (ferramentas) ao invés de permanecer empacado com certezas e respostas pré estabelecidas.

A nova orientação na pesquisa, não será considerada como processo de acumulação do antigo paradigma mas, ao contrário, irá se caracterizar como uma ruptura entre o antigo e o novo.

Este procedimento também leva a um, não menos complicado, confronto entre os profissionais divididos, tal como na filosofia positivista, entre aqueles que aderem à mudança (transformação da ordem) e aqueles que não desejam a mudança (manutenção da ordem). Neste sentido corre-se o risco, ao assumir um paradigma, de não estar abraçando aquele que realmente tem claros objetivos com a sociedade ou ainda corre-se o risco de estar sendo enganado, traído pelo discurso, não menos intencionado, da manutenção da ordem – daquela ordem.

O exemplo que ilustra esta passagem pode ser dado com base, especificamente no caso da filosofia positivista, nas figuras de Saint Simon e Comte. Embora o conteúdo positivista seja o de conservadorismo, S. Simon o utiliza com uma dose de subversão (o positivismo enquanto utopia), reivindicando mudança no regime francês e o fim do absolutismo baseado nas leis fisiológicas do organismo social e de sua higiene.

Por outro lado, Comte utilizando-se dos mesmos argumentos de S. Simon, mas com objetivos diferentes, deseja manter a ordem vigente (o positivismo enquanto ideologia). A vida de Comte foi, segundo declaração dele próprio, consagrada teórica e praticamente à defesa sistemática da ordem real.

Na pesquisa estamos sujeitos a isso, ou seja, o paradigma, ou os instrumentos, podem ser utilizados neste dialético jogo do uso e servir a interesses contraditórios a depender de algo extremamente importante no processo, qual seja, o objetivo.

Não se trata de dizer que este seja o mais importante, até porque a observância das regras nos mostra que todas as etapas são fundamentais. Um erro na proposição de tema pode emperrar o trabalho, assim como a falta de clareza dos objetivos, do problema ou mesmo das hipóteses, podem desmerecer o trabalho.

Claro que há sempre a possibilidade de correção dos erros e é nessa hora que conta a paciência, a responsabilidade e o compromisso do pesquisador. nenhuma proposta apresentada deve funcionar como uma camisa de força, uma vez que reduziriam as possibilidades de se incorporarem as novidades advindas do processo e que, às vezes, sugerem mudanças de rumos.

Devemos ser flexíveis na empreitada de uma pesquisa. Isso inclusive nos dá uma maior autonomia sobre aquilo que estamos produzindo. Quando falamos em uma pesquisa social esta flexibilidade e o respeito com o grupo pesquisado se torna uma questão muito mais que de respeito às regras, ou seja, é uma questão de honra e honestidade.

A Pesquisa em Geografia

No que se refere à pesquisa em geografia, ainda que considerando as especificidades deste campo, as orientações também são semelhantes, ou seja, existem as regras formais que hoje são

muito difundidas para o público. Neste sentido, ao invés de apresentar um conjunto de regras metodológicas para o desenvolvimento de uma pesquisa em geografia, indicamos as obras de Antônio Joaquim Severino (2002), Alfredo Boente e Glaucia Braga (2004), Antônio Carlos Gil (1999/2002) e Carlos Rodrigues Brandão (1999) que, acreditamos, um proponente de uma pesquisa, e neste caso em geografia, deva ter em mãos.

Entretanto, é exatamente no tocante às especificidades que gostaríamos de tecer alguns comentários. Segundo Roberto Lobato Corrêa, um trabalho geográfico pode e deve ter uma boa quantidade de mapas ou, como diríamos, tantos quantos forem necessários, uma vez que eles são considerados, pelo autor supra citado, como representações, socialmente construídas, da espacialidade dos nossos objetos de investigação.

O uso do mapa deve, todavia, obedecer às regras cartográficas de forma a servir, de fato, para uma devida localização ou, do contrário, o mesmo pode servir mais ocultar do que para esclarecer o leitor do trabalho.

Também há que se preocupar com a base epistemológica do trabalho. Se ao estudante de graduação, da mesma forma que a maioria das pessoas, é difícil a condição para aquisição de livros, é preciso considerar que, como resultado de um esforço para melhorarem as bibliotecas, tem-se nos dias de hoje, mais do que cerca de 10 ou 15 anos atrás, um acervo bem mais rico entre livros e periódicos a disposição do estudante ou pesquisador.

A informatização desses setores também permite que se tenha acesso às publicações com maior facilidade, inclusive, como resultado de parcerias entre instituições. O que precisa ser incentivado é uma maior frequência dos estudantes a esses locais.

Neste sentido também cabe a sugestão de Umberto Eco (op cit) quando nos fala da humildade científica. A idéia exposta pelo autor contribui para que pensemos a cerca de algumas situações morais: quando podemos dizer que determinado autor não nos serve pra nada, ou que determinada leitura não tinha nada a nos acrescentar de útil? Não devemos julgar as obras pelo que elas não têm, mas sim buscar nelas o que pode haver ou há de importante para nossa pesquisa.

Muitas vezes taxamos pejorativamente autores e obras sem que antes busquemos sequer o contexto em que foram escritas. Entretanto, Humberto Eco nos ensina que “quando queremos fazer uma pesquisa, não podemos desprezar nenhuma fonte, e isto por princípio”. Não devemos, jamais, repetir Icaro que não ouviu o conselho do pai para que não voasse muito alto a fim de que o sol não derretesse a cera de suas asas e que não voasse muito baixo para que as ondas do mar não encharcassem-lhe as asas. Tanto em um quanto em outro caso poderia haver um desastre e, ao final, uma tragédia. Este é outro caso que pode representar uma humildade científica. Icaro voou cada vez mais alto. A idéia de voar lhe encheu de orgulho e isso o fez cair. Na pesquisa também estamos sujeitos a isso.

Não há um consenso sobre a questão “por onde começar a pesquisa?”. Porém, uma coisa é certa a leitura é obrigatória e pode ser a partir dela que os rumos irão se definindo. Não pode haver pesquisa sem leitura, se falamos em pesquisa científica, não importa o nível, ou seja, na graduação ou na pós-graduação, lato ou sticto senso.

Na geografia ainda podemos contar com outros recursos que tendem a elevar ainda mais a qualidade da pesquisa, ou seja, os trabalhos de campo. É importante, neste momento, tecermos algumas considerações sobre a importância deles em geografia. Segundo Roberto Lobato Corrêa (inédito), a via pelo trabalho de campo se torna importante à medida que envolve uma reflexão crítica em sua concepção e realização e, além disso, deve se estar atento, durante sua realização, às complexas relações entre as diferentes escalas de apreensão da realidade. Segundo suas palavras, o trabalho de campo constitui “um dos principais meios através do qual o geógrafo aprende a ver, analisar e refletir sobre o infundável movimento de transformação do homem em dimensão espacial”.

Lílian Coltrinari (1996), também falando da importância do trabalho de campo em geografia, diz

que é com ele que contamos para uma análise científica de nosso entorno que ajuda a substituir as suposições por algum grau de certeza e aprofunda o conhecimento das mudanças que ocorrem à nossa volta.

Da mesma forma, como contribuição da geografia que valoriza o trabalho de campo, a geógrafa Dirce Suertegaray (1996) evidencia que o trabalho de campo exige o reconhecimento da dinâmica local e permite ao observador o questionamento sobre os fatos e processos, que por muitas vezes, não tem explicação naquela dimensão escalar.

O trabalho de campo não é tudo, como também reconhecem esses autores, mas deve ser associado a outros processos de análises para se concluir um trabalho. Por isso o levantamento de fontes secundárias de informação, também deverá servir de subsídio para uma análise mais próxima da realidade e com isso permitir que se contemplem os objetivos propostos para a pesquisa em geografia.

A descrição. Na geografia constitui um importante recurso para a produção de conhecimento. Contudo, acabou sendo banalizada devido a entendimentos errôneos que afirmavam que esta se constituía em um ato vazio de reflexão. Um pensamento negativista como este promoveu o esvaziamento do sentido da descrição, entretanto, o que propomos aqui é recuperar este dom da geografia que, como a entendemos, pode contribuir muito no processo de pesquisa.

Também se faz necessário relacionar o ato de descrever com ato de observar e, nesta relação, interpretar o que é visto. Uma descrição pura e simples não atenderia, no caso da geografia, as nossas ansiedades. De fato esse tipo de descrição não deve servir de instrumento para uma pesquisa científica. Entretanto, partimos da concepção adotada por Léo Waibel (1979) em que a descrição aparece como sendo um ato complementar entre ver, observar, pensar e interpretar ou, conforme as palavras do autor, “...observar é o ato de ver ligado ao ato de pensar, e significa que se tem de interpretar o que é visto...”

A interpretação, todavia, precisa ser respaldada numa base epistemológica e no que chamamos de conhecimento prévio do objeto a fim de não cair no descrédito e representar apenas meras opiniões sobre o assunto pesquisado.

É neste sentido também que convém alertar para a importância dos questionamentos. É viável que se elabore um questionamento principal e que este se desmembre em mais, pelo menos, mais três relacionados ao primeiro. Entretanto, há que se cuidar para fazer um questionamento que também não se transforme em uma armadilha ao próprio proponente.

Uma dica para que se proponha um bom questionamento é que se busque priorizar sempre a pergunta do “por que?” ao invés de “como?”. É sabido que o “por que” é a pergunta pela inteligência. Da mesma forma, sabe-se, a pergunta com “como” pode induzir a uma mera descrição que não permita a interpretação. A pergunta com o por que pressupõe explicação, investigação e desdobramentos. Note-se como faz diferença perguntar: como você fez essa pesquisa? Ou, por que você fez essa pesquisa?

Finalmente, um conselho a quem se dedica a fazer uma pesquisa em geografia. Não devemos jamais esquecer que a proposta se insere no campo da geografia. Queremos dizer que muitas vezes aparecem propostas que mais se encaixam na história, na antropologia ou na sociologia. Não quer dizer que não possamos, ao contrário, devemos, dialogar com as outras ciências, mas ter sempre em mente que fazemos geografia. Neste sentido podemos buscar o ponto de encontro das diversas ciências que podem contribuir com a proposta, mas não trocar uma coisa pela outra.

O que fazer se detectamos este problema? Primeiramente acreditamos que uma proposta em geografia deve levar em consideração as suas especificidades. Neste caso o domínio das principais categorias de análise geográficas já contribuem para diferenciar uma proposta em geografia de outras ciências. Este é um ponto que demanda maior cuidado na pesquisa geográfica. Se não nos preocupamos com isso poderemos incorrer em graves problemas e o principal deles é que poderemos não conseguir executar o trabalho, ou alcançar seu objetivo.

O que pretendemos aqui foi contribuir com aqueles que podem vir a propor uma pesquisa, e mais especificamente, em geografia. À medida que nos encontramos diante da necessidade de propor uma pesquisa, na graduação ou na pós-graduação, as dúvidas começam a nos incomodar. Quando isso acontece, acreditamos, já estamos no processo de pesquisa, o qual pode ter iniciado bem antes daquele momento que se acreditava estar iniciando o estudante, ou seja, a pergunta, anteriormente colocada quanto a se é possível iniciar o estudante de graduação na pesquisa, poderia ser mudada para “em que momento se inicia uma pesquisa?”

REFERÊNCIAS

- SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim de século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p.
- COLTRINARI, L. Trabalho de campo, geografia, século XXI. In: **o discurso geográfico na aurora do século XXI** (colóquio). Florianópolis: UFSC, 1996. 9 p.
- CORRÊA, R. L. **Trabalho de campo e globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, [s.d.], 7p.
- ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva S.A., 2001. 170 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia na universidade**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2003. 205p.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 257p.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 220p.
- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: Unesp, 1996.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de campo. In: **o discurso geográfico na aurora do século XXI** (colóquio). Florianópolis: UFSC, 1996. 11 p.
- WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1979. p. 23 - 35.